

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificaram ausências.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às dez horas e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

**ORDEM DO DIA**

**01-ASSUNTO:** PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DO TARIFÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO **(COD 51)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º /01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estatui o regime jurídico dos serviços municipais de

Presidente

Secretário

abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, determina no n.º 1 do seu artigo 62.º que as regras da prestação dos serviços aos utilizadores constem de regulamento a elaborar com observância da Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro. Esta Portaria estabelece o conteúdo mínimo dos Regulamentos de serviço e identifica um conjunto de matérias que neles devem ser reguladas. Tais regras devem ser apresentadas de forma clara, adequada e detalhada de forma a permitir o efetivo conhecimento, por parte dos utilizadores, do conteúdo e da forma de exercício dos respetivos direitos e deveres.

Nestes termos, elaborou-se um projeto de Regulamento adotando a proposta emanada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, conjugado com a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, e com observância do artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada e republicada em anexo à Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e Lei 24/2008 de 2 de junho).

Assim, propõe à Exma. Câmara a aprovação do presente projeto de regulamento e a sua submissão a discussão pública, nos termos do artigo 118.º, do Código de Procedimento Administrativo.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, aprovar o projeto de regulamento dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e do tarifário da prestação de serviços do Município de Lamego, devendo o mesmo ser submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis, a contar da publicação no Diário da República.

Declaração de voto que fundamenta a posição O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro remete os fundamentos da sua posição para a declaração de voto insita ao ponto 4 da presente ata, relativo à proposta de alteração do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego.

**02-ASSUNTO:** PROJETO DE REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (COD 51)

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º /01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere, de acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º27/2006, de 03 de Julho) a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidentes graves ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, é estabelecida uma nova moldura legal de enquadramento institucional e operacional no âmbito da Proteção Civil Municipal.

Por seu turno, a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro veio definir o novo quadro legal de criação, lançamento, liquidação e cobrança de taxas pelas autarquias locais.

A atividade de Proteção Civil visa prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, atenuar os seus efeito e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, sendo uma atividade permanente, multidisciplinar e plurisectorial.

Ao longo dos anos o Município de Lamego tem investido, de forma considerável, na área da Proteção Civil e da prevenção de riscos.

Designadamente, tem prestado um apoio financeiro estável à Associação Humanitária de Bombeiros do concelho, no sentido de esta desenvolver as atividades do seu corpo de bombeiros com vista a uma cada vez melhor defesa da população e do meio ambiente. E financia, ainda, em 50%, os custos de uma Equipa de Intervenção Permanente com o objetivo de garantir melhor proteção aos cidadãos no período laboral.

É ainda objetivo da Proteção Civil Municipal melhorar o serviço de limpeza de neve e prevenção do gelo, através da aquisição de meios mecânicos específicos, atendendo que o concelho possui uma vasta rede viária.

O concelho de Lamego tem aglomerados populacionais situados a cotas elevadas, ficando o seu movimento pendular limitado ou mesmo impedido pelo efeito da neve nas vias. Esta situação agrava também frequentemente o transporte dos alunos para os Centros Escolares e onera a atividade da Proteção Civil.

Presidente

Secretário

Por outro lado, os registos de incêndios florestais revelam anualmente um elevado número de ocorrências, com áreas ardidas muito significativas, o que implica a organização logística de apoio a Teatro de Operações (TO) que envolvem meios consideráveis.

A ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil implica meios financeiros de suporte às missões atribuídas aos diversos agentes de Proteção Civil e apoios à população afetada.

Para suporte e coordenação de toda esta atividade é necessário manter e apoiar a atividade da Comissão Municipal de Proteção Civil e da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Por fim, existe necessidade de desenvolver ações de sensibilização das populações para os riscos mais comuns no município, em especial o uso do fogo em espaço rural.

Deste modo, tendo por intuito estabelecer e definir o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no Município de Lamego e as regras de liquidação, cobrança e pagamento da taxa municipal pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil, foi elaborado o presente projeto de Regulamento.

Na óptica da incidência subjetiva, a taxa abrange quer pessoas singulares, quer pessoas coletivas com residência ou atividade no Concelho, sendo tal aferível através dos contratos de fornecimento de água celebrados com o Município de Lamego.

Do ponto de vista objetivo abrange, de forma diferenciada os fogos destinados à habitação e os estabelecimentos de indústria, comércio e serviços.

Face ao exposto propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação do projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, que se anexa, e que seja submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis a contar da publicação no Diário da Republica.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, devendo o mesmo ser submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do

Presidente

Secretário

Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis, a contar da publicação no Diário da República.

**03-ASSUNTO:** PROJETO DE REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º /01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere, considerando que o Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada em vigor data de 1997, e existindo uma necessidade premente em proceder à sua revisão com o objetivo de dotar a cidade de Lamego de um instrumento atual que possa contribuir para uma maior capacidade do município ao nível da gestão dos estacionamento, em particular, e da mobilidade viária interna, em geral.

Considerando as alterações ao Código da Estrada, entretanto, verificadas, que vieram introduzir algumas modificações no âmbito das competências dos municípios, nomeadamente ao determinarem que estes passassem a regulamentar e fiscalizar as zonas de estacionamento de duração limitada.

Considerando os problemas decorrentes do fluxo automóvel e das consequentes dificuldades de estacionamento que constituem um desafio atual de que depende a melhoria da qualidade de vida dos residentes no concelho de Lamego e dos visitantes.

Considerando a escassez da oferta de lugares de estacionamento e a necessidade de facultar os espaços que permitam o estacionamento temporário contribuem determinadamente para a delimitação de zonas de estacionamento de duração limitada.

Considerando a melhor forma de proporcionar a todos uma oportunidade para estacionar, impõe-se a adoção de um sistema de rotação, no qual, em função do pagamento por períodos de tempo e com a existência de uma fiscalização eficaz, será possível assegurar estacionamento para todos.

Compete, assim, ao Município de Lamego, dentro das atribuições que lhe são conferidas, encontrar as melhores soluções para uma adequada gestão das zonas de estacionamento, acompanhada das medidas que contribuam para a diminuição

Presidente

Secretário

do tráfego automóvel, tendo em vista a prossecução do interesse público, a defesa do ambiente e a promoção da qualidade de vida.

Compete, igualmente, determinar os montantes das taxas e tarifas fixadas para a ocupação de lugares nas zonas de estacionamento de duração limitada, teve -se em atenção a oferta global existente no concelho e o não agravamento desproporcionado dos encargos para os utentes.

Daí que se imponha a necessidade de elaboração deste projeto de regulamento não só pela escassez de lugares de estacionamento, mas também pela inexistência de normas reguladoras que o disciplinem, agindo sempre esta Câmara Municipal em conformidade com a realidade e interesses existentes no município de Lamego e de harmonia com os condicionalismos locais.

As tarifas e as taxas previstas no presente projeto de regulamento incidem genericamente sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município.

Os valores das tarifas e das taxas foram calculados tendo como base a análise técnico -financeira efetuada sobre os custos diretos e indiretos, nomeadamente os custos de trabalhadores envolvidos nos procedimentos, os custos dos investimentos municipais e os custos do funcionamento das instalações municipais.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação do projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, que se anexa, e que seja submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis a contar da publicação no Diário da República.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, devendo o mesmo ser submetido a discussão pública, nos termos do art.º 118º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis, a contar da publicação no Diário da República.

**04-ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 51)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 45/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que, encontrando-se em vigor o Regulamento

Presidente

Secretário

de Taxas e outras receitas do Município de Lamego aprovado em reunião de 17 de Novembro de 2009 pela Câmara Municipal, existe a necessidade de efetuar a sua atualização para o ano de 2012, face as inúmeras situações de alteração de legislação ou de recente jurisprudência, entretanto aprovadas, e noutros casos, por proposta dos serviços municipais.

No que concerne às alterações impostas por lei, temos desde logo as seguintes matérias:

**1. Licenciamento zero** — No âmbito do Programa Simplex, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril de 2011, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, no contexto da iniciativa designada «Licenciamento zero». Este diploma visa a desmaterialização e a simplificação do regime de licenciamento de diversas atividades económicas que, pela sua importância, se revelam nas seguintes medidas:

- Elimina o regime de Licenciamento de exercício de atividade de venda de bilhetes para espetáculos públicos em estabelecimentos comerciais e o exercício da atividade de realização de leilões em lugares públicos;

- Cria um regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;

- Simplifica ou elimina Licenciamentos habitualmente conexos com aquele tipo de atividades económicas e fundamentais ao seu exercício - concentrando eventuais obrigações de mera comunicação prévia no mesmo balcão eletrónico - tais como os relativos a:

- a) Utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins (nomeadamente, a instalação de um toldo, de um expositor ou de outro suporte informativo, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos);

- b) Horário de funcionamento, suas alterações e respetivo mapa; e

- c) Afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, em determinados casos relacionados com a atividade do estabelecimento, sem prejuízo das regras sobre ocupação do domínio público.

Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que se processará basicamente on-line, via eletrónica, através de um Balcão Único

Presidente

Secretário

Eletrónico, designado "Balcão do Empreendedor", criado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril.

Neste âmbito foram criadas as taxas que vêm substituir a anterior designada declaração prévia, pelos conceitos de mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo, tendo sido apurado pelos serviços os respetivos custos e fundamentação económica associada.

**2. Transferência de farmácias** — a Lei n.º 26/2011, de 16 de Junho, veio prever a necessidade de a Câmara Municipal emitir parecer prévio quanto á transferência de farmácias dentro do mesmo Município.

Quanto a este aspeto foi criada a taxa respetiva de apreciação e emissão de parecer quanto ao pedido de transferência de farmácia dentro da área do Município.

**3. Emissão de certificados de registo do cartão de cidadão da União Europeia** - a Portaria n.º 1334-D/10, de 31 de Dezembro, veio alterar os valores a cobrar pela emissão dos referidos documentos anteriormente previstos na Portaria n.º 1637/06, de 17 de Outubro, existindo a necessidade de adaptar os valores previstos na tabela de taxas e respetiva repartição de encargos entre o Serviço Estrangeiros e Fronteiras e a Câmara Municipal de Lamego.

Relativamente às propostas dos serviços municipais, foram propostas as seguintes alterações:

1. Foi efetuada uma proposta de redução na maioria das taxas a cobrar no atual regulamento, dada a inexecutabilidade da sua cobrança até à presente data, consentânea, aliás, com a retração económica verificada a nível internacional, nacional e local.
2. Foi introduzida a taxa referente emissão e autenticação e alargamento de horários de abertura dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços.
3. Foram inseridas as taxas referentes ao registo de cidadãos da União Europeia. De referir que a taxa inserida corresponde apenas a 50% do valor a pagar pelo requerente, tal como é estabelecido pelo art. 4º, da Portaria 1334D/2010, de 31 de dezembro.
4. Foi eliminado o capítulo VI referente à condução e registo de veículos ciclomotores, dado que as competências nesta matéria foram transferidas para o

Presidente

Secretário

IMTT, tal como estabelecem os Decretos-Lei 128/2006 de 5 de julho e 313/2009, de 27 de outubro.

5. Foram introduzidas as taxas referentes ao parecer prévio para autorização da transferência de farmácias, no âmbito do disposto na Lei n.º 26/2011, de 16 de junho.
6. Relativamente aos Serviços de Abastecimento de Águas, foi adaptado um modelo de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Águas, de Drenagem de Águas Residuais e Tarifário, proposto pela ERSAR e em conformidade com o exigido no Dec-Lei 194/2009, de 20 de agosto e Portaria 34/2011, de 13 de janeiro.
7. Foi proposto novo tarifário de serviços de água, drenagem de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos, sob observância das recomendações tarifárias da ERSAR, com alterações ao nível de:
  - a) Estrutura tarifária e critérios de diferenciação;
  - b) Implementação de novas tarifas especiais (tarifa social para utilizadores domésticos e utilizadores não domésticos e tarifa de fugas de água para utilizadores não domésticos);
  - c) Novo preço para fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todas as tarifas;
  - d) Cobrança de ramais de água e saneamento que passa a ser imputada ao consumidor apenas quando possuam extensão superior a 20 metros.
8. Foi introduzida a taxa referente ao transporte, montagem e desmontagem de palcos;
9. Foi alterada a taxa do estacionamento de duração limitada (parcómetros):
  - a) Possibilidade de estacionamento até 4 horas diárias com escalonamento da tarifa;
  - b) Introdução da possibilidade de adesão ao cartão de morador;
10. Foram introduzidas as taxas municipais a aplicar no Parque Biológico da Serra das Meadas que incidem sobre serviços prestados a particulares ou outros organismos públicos ou privados, designadamente pela utilização da sala de formação, acesso a visitas guiadas ou não, em grupo ou individuais, e pela participação em atividades pedagógicas e lúdicas, nos termos estabelecidos no regulamento do Parque Biológico da Serra das Meadas;

Presidente

Secretário

11. Foram atribuídas taxas referentes à atribuição de números de polícia.
12. Foi criada uma nova taxa que vem fixar as condições de criação, lançamento, liquidação e cobrança da taxa municipal de prevenção de riscos coletivos e proteção civil, doravante designada abreviadamente por TMPC.

**Termos em que se propõe:**

- 1) A aprovação do Projeto do Regulamento e da Tabela de Taxas e Outras receitas do Município de Lamego, do estudo económico-financeiro que fundamentou os referidos documentos, para o ano de 2012, nos termos do art.º 64º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro e da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, devidamente atualizada;
- 2) Que o Projeto do Regulamento, a Tabela de Taxas e o Estudo económico-financeiro que se anexam, sejam submetidos a discussão pública, nos termos do art.º 118º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis a contar da publicação no Diário da República;
- 3) Que sejam consultadas as entidades representativas dos interesses abrangidos pelo citado Projeto de Regulamento, no prazo definido para a discussão pública;
- 4) Que o Projeto de Regulamento de taxas e outras receitas do Município, a Tabela de Taxas e a fundamentação económico-financeira que os suporta anexos à presente deliberação sejam publicitados integralmente e de forma permanente no site da Autarquia;
- 5) Que seja aprovada a presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do n.º 3, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, aprovar o projeto de Regulamento e da Tabela de Taxas e Outras receitas do Município de Lamego, nos precisos termos em que é proposto.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: “Embora concordando com a proposta de alteração da maior parte das taxas, que são, inclusivamente, em sentido positivo de abrandamento do esforço financeiro que se pede aos lamecenses, não concordo, todavia, com o aumento das taxas de água, saneamento e resíduos, os mais importantes e incontornáveis

Presidente

Secretário

encargos para os mais frágeis, dada a complexidade da atual situação económica e financeira, com especial incidência para as famílias mais carenciadas do Município de Lamego. Entendo por isso que o Município deveria fazer um esforço sério no sentido de não aumentar estas taxas, suportando os custos sociais de uma opção política a favor dos lamecenses. Não tendo ocorrido tal situação, ou seja, não se verificando abertura para, ao menos, se manterem as taxas atualmente em vigor, e que já considerávamos demasiado pesadas para os munícipes, não posso deixar de optar pela abstenção”.

O senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho fez a seguinte declaração de voto: “Voto favoravelmente esta atualização, por a mesma contemplar uma estrutura tarifária diferenciada, em tarifa doméstica, não doméstica (restauração) e não doméstica (comércio e serviços). Realço também a implementação de novas tarifas especiais – tarifa social e tarifa social não doméstica (IPSS).

Por outro lado este ajustamento ainda fica aquém de outros municípios comparáveis, mormente Vila Real, onde os primeiros 5m<sup>3</sup>, com taxas acessórias, ficam por 20,00€ sendo que em Lamego não ultrapassará os 15,00€.

Por fim, lembro que estes ajustamentos e atualizações resultam de recomendações da entidade reguladora (ERSAR), que a Câmara Municipal de Lamego tem o dever de respeitar e adotar”.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte declaração de voto: “Embora, compreendendo que o momento económico-financeiro e social não é propício ao aumento dos encargos com as taxas, o Regulamento e respetivo tarifário que aprovamos compreende a redução de um conjunto significativo de taxas e no que concerne a água, saneamento e resíduos onde se verificam aumentos, são introduzidas todas as medidas previstas na Lei e recomendadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), quanto a tarifas sociais quer para consumidores domésticos quer para não-domésticos, para idosos e famílias numerosas, procurando minimizar o impacto tarifário nas pessoas, empresas e instituições mais frágeis. Não obstante os aumentos propostos, convém referir que a fatura global da água, saneamento e resíduos está, ainda, genericamente em valores abaixo dos praticados noutros Municípios comparáveis. Verifica-se, também, que os encargos com água, saneamento e resíduos são ainda

Presidente

Secretário

o menor custo médio suportado para famílias, quando comparado com os encargos com eletricidade, gás e telecomunicações e televisão por cabo.

Efetivamente o Município de Lamego tem encargos com abastecimento de água, tratamento de saneamento e recolha de efluentes na ordem dos 4.570.000,00€ por ano e obtém receitas dos consumidores de 2.587.000,00€. Este défice de tarifário, de cerca de 2.000.000,00€, é extremamente penalizador para o equilíbrio financeiro do Município de Lamego e para o programa de investimento e apoio ao desenvolvimento económico do concelho, que temos levado a cabo. Urge, por isso, encontrar uma solução nacional para o problema e injustiça das tarifas, absolutamente inaceitáveis, praticadas pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) e por outros sistemas multimunicipais no interior do país, que estão a arruinar os municípios.”

**05-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**06-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária